

Fundações partidárias e processos de politização no Brasil: domínio de atuação, amálgamas e ambivalências

Eliana Tavares dos Reis¹

Igor Gastal Grill²

Resumo

O artigo analisa o espaço das fundações partidárias no Brasil. Esse domínio de atuação é percebido como veículo e reflexo de processos de politização. O estudo está alicerçado em dois eixos: 1) a configuração (estrutural e sociográfica) dessas entidades e a relativa autonomia ou dependência que possuem *vis-à-vis* às organizações partidárias; 2) as intersecções possíveis entre lógicas e domínios políticos e intelectuais a partir da exploração desse âmbito específico de atuação. São, então, cotejados dados referentes à emergência e à cronologia de criação das fundações partidárias, à estrutura organizacional das mesmas (sites; sedes; setores; divisão de tarefas/papeis; exigências de especialistas variados; produtos como livros, revistas, cursos; receitas; etc.) via informações disponíveis na internet, bem como ao perfil social, político e cultural dos presidentes e ex-presidentes. Foi examinado ainda especificamente o caso da Fundação Perseu Abramo do Partido dos Trabalhadores.

Palavras-chave: Fundações. Elites. Intelectuais. Partidos. Politização.

Introdução

Nos últimos anos, temos nos dedicado a estudar diferentes vias de interpenetração entre lógicas e domínios políticos e culturais, procurando verificar os fatores que condicionam modos de agir e de pensar de agentes que ocupam

1 *Docente e Pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (UFMA). Coordena o Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: eliana1reis@terra.com.br*

2 *Docente e Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (UFMA). Coordena o Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: igorgrill@terra.com.br*

posições relativamente bem situadas no espaço social brasileiro. É claro o peso da capacidade de manipulação de bens simbólicos ao êxito político, inseparavelmente da contundência dos trunfos políticos os mais variados à conquista de uma condição de “intelectual” ou de reconhecimento profissional.

Direcionados a universos considerados como propriamente “políticos”, partimos de ênfases e recortes distintos de pesquisa (edificação de genealogias políticas, padrões de engajamento militante, carreiras parlamentares, entre outros)³ para demonstrar o quanto as inserções, as trajetórias, as práticas, as percepções e os repertórios de mobilização, assim como a sua tradução em *multinotabilidades*⁴ conquistadas por agentes que ocupam posições de poder político, são tributários de certas condições. Grifamos, em especial, aquelas referentes à origem e à socialização familiar, aos investimentos militantes e profissionais ao longo da vida e ao acúmulo e produção de recursos culturais, em determinadas conjunturas e relativamente ao conjunto dos agentes inscritos nas mesmas configurações de luta⁵.

Foi a partir desses trabalhos que constatamos a recorrência de agentes que, em algum momento da sua biografia, atuaram mais ou menos formal e intensamente em institutos ou fundações partidárias. Essas entidades são geralmente definidas como lugares de formação política e doutrinária, de formulação e transmissão ideológicas, de debate intelectual no âmbito dos partidos políticos, de expressão democrática, e assim por diante. Não por acaso, parece haver uma associação entre tais atribuições e as características dos seus componentes e dirigentes. Portanto, a análise desse universo permite examinar as bases da afirmação de agentes híbridos, vinculados a atividades indissociavelmente políticas e culturais (em sentidos amplos dos termos). E, do mesmo modo, podemos pontuar aspectos da multiplicidade de dimensões e registros de atuação, que traduzem lógicas sociais e repertórios de mobilização política legítimos.

Conjuga-se a isso que a análise dos institutos e das fundações partidárias possibilita observar a consonância entre processos de complexificação/

3 Destacamos as pesquisas publicadas em Grill (2008), Reis (2015) e Grill e Reis (2016).

4 Com base em Reis e Grill (2016; 2015), discutimos a importância da noção de multinotabilidades para entender como as chances de notabilização de agentes nos domínios sociais, de modo geral, e nos políticos e intelectuais, de forma específica, estão condicionadas à capacidade de aquisição de reconhecimentos, autoridades e inscrições nas múltiplas arenas de atuação dos agentes.

5 Uma discussão sistemática dessas dimensões foi feita em Reis e Grill (2017).

diversificação das organizações partidárias com o trabalho intelectual de politização de questões e de domínios. Por um lado, trazendo à tona as disputas entre porta-vozes em torno de jurisdições, das quais podem resultar em “requalificações da política”⁶ e, ao mesmo tempo, podem ser derivadas e promotoras da própria delimitação das fronteiras precárias da “política” e da (aparentemente paradoxal) garantia da difusão de suas lógicas. E, por outro lado, fazendo emergir mecanismos mais amplos de imposição de linguagens e critérios de excelência social, profissional e cultural. Evidenciando, então, aspectos modulares às estratégias de politização, que abrangem imperativos e injunções às práticas e discursos, assim como demarcam a legitimação de agentes e daquilo que adquire o estatuto de inelutável (que é tudo em nome do qual seus arautos lutam para definir).

Para melhor balizar nosso universo de investigação, propomos uma breve reflexão em torno das três dimensões que, articuladas, são as principais que o constituem como objeto privilegiado de estudo: i) as condições de institucionalização das organizações partidárias e, no seu âmbito, dos institutos e fundações⁷; ii) as reconfigurações dos repertórios e formas de mobilização política e engajamento militante; iii) e os papéis (notadamente de mediação) que certificam a condição de intelectual no Brasil.

Os estudos sobre partidos políticos comumente se detêm em questões relacionadas ao enraizamento partidário ou volatilidade eleitoral; à coesão/disciplina nas votações em legislativos; aos padrões de migração entre siglas; ao papel dos partidos na formação de governos etc. No entanto, outras ponderações nos parecem pertinentes, a começar pelos limites do mimetismo presentes na implantação de regimes políticos e de sistemas partidários em “dinâmicas órfãs”.

O ponto de partida pode ser o argumento de Badie e Hermet (1993) de que as relações entre estados-nações são assimétricas e existem lógicas de dependências entretecidas em uma configuração internacional. Nos intercâmbios

6 Ver a discussão de Lagroye, publicada originalmente em artigo que integra coletânea por ele organizada (2003) e que foi traduzido neste dossiê.

7 Consideramos aqui institucionalização como concentração em uma organização de recursos materiais e simbólicos (coletivos e individuais), bem como de tecnologias diversas, mobilizados segundo lógicas de concorrência que pautam as disputas políticas e intelectuais. Ou seja, em sentido próximo à noção de empresa ou empreendimento cunhada por Max Weber e retomada por Michel Offerlé (1987).

estabelecidos, circulam arranjos de organização do poder central e de formatos de disputas por seu controle, fixando códigos políticos comuns em configurações discrepantes. O combustível dessa circulação é a necessidade de reconhecimento dos principais protagonistas situados em dois polos: dos exportadores, construindo/impondo a universalidade dos seus modelos; e dos importadores, que, consoantes às gramáticas vigentes nas dinâmicas centrais, os tomam como trunfos, mesmo tendo que adaptá-los a condições e interesses específicos. Para tanto, baseiam-se em estratégias diversas (conservadoras ou revolucionárias), de acordo com a posição que ocupam em poderes instituídos (ministros, conselheiros, burocratas, parlamentares etc.) ou fora deles (como intelectuais e contestadores, por exemplo).

Um dos efeitos disso na América Latina é que o que era, nas configurações de origem, mecanismo para garantir simultaneamente integração nacional (via politização do eleitorado) e pacificação de conflitos (expressão das clivagens), transforma-se, quando importado, em simulacro utilizado pelas “elites” nacionais. As trocas acabam contribuindo na preservação da base piramidal da sociedade, de seus componentes sociais (lógica estamental), culturais (prevalência dos princípios de reciprocidade e da exaltação carismática) e políticos (faccionalismo, clientelismo privado, patronagem estatal, neopatrimonialismo etc.)⁸. Consequentemente, tem-se: um baixo grau de institucionalização das organizações (em sentido geral, incluindo os partidos); um alto nível de intercruzamentos de lógicas e recursos passíveis de serem acionados nos múltiplos domínios; e uma profusão de posições disponíveis para serem ocupadas por uma minoria de agentes selecionada social e politicamente, que extrai gratificações significativas do seu potencial de trânsito e mediação (REIS; GRILL, 2016).

Sempre fracamente constituídas, os institutos e as fundações partidárias brasileiras são instâncias formalmente voltadas ao trabalho de afinamento político e cultural nos partidos, e refletem diferentes estágios das intersecções entre organização partidária, mobilização militante e intervenção intelectual.

⁸ Para uma interpretação sobre fenômenos como neopatrimonialismo, caudilhismo, coronelismo e clientelismo à luz da Política Comparada e da Sociologia da Importação, ver Badie e Hermet (1993). Sobre processos de apropriação prática da política ou de politização nos quais o clientelismo funciona como um mecanismo para que as instituições e as categorias políticas passem a integrar o jogo político e a adquirir sentido na prática dos agentes, ver Briquet (2017).

Pelo menos nas últimas cinco décadas, transformações históricas, institucionais, políticas e sociais mais amplas, no plano nacional e internacional, reverberaram nos seus ajustes e nas suas redefinições, não apenas em termos jurídicos. Os processos de reconfiguração dos repertórios e das causas consideradas legítimas, assim como das “competências” para manejá-los com vistas à ação coletiva, evidentemente repercutiram nesses espaços, que são de apropriação, (re) formulação e transmissão, além de administração de redes de militantes. O que desvela os prejuízos da tendência a opor tipos “tradicionais” de militância – principalmente a partidária e a sindical – ao que seriam “formas modernas”, cada vez mais em sintonia com a emergência da chamada “sociedade civil transnacional” – em Organizações Não Governamentais (ONGs), redes de movimentos sociais, organizações humanitárias internacionais, entre outras, que se apresentam como sem coloração ideológica evidente.

O movimento de depreciação das primeiras e de aclamação das segundas pode estar relacionado ao descrédito das atividades e dos dirigentes políticos; à incidência e à proliferação (que significa concorrência) de espaços e bandeiras de lutas no Brasil e no mundo desde os anos 1960; à politização progressiva de linguagens e domínios (jurídicos, econômicos, midiáticos, religiosos, universitários etc.); à complexificação das transações (culturais, políticas, econômicas etc.), que vão delinear as prescrições e preceitos democráticos em tempos globalizados; entre tantos outros aspectos. Sem deixar de acentuar a recomposição das propriedades dos porta-vozes, cuja autoridade legítima passa pela valorização de alguns trunfos e a desvalorização de outros. Todavia, tais processos e seus reflexos podem ser observados naqueles domínios de atuação que apressadamente são adjetivados de “obsoletos”.

Não resta dúvida que é possível discernir perfis, tipos e repertórios privilegiados de atuação que distanciam, por exemplo, a imagem do intelectual “orgânico” de instituições ou o militante partidário “de carteirinha” daquela mais próxima da figura do *expert*⁹. Porém, não é menos exequível atentar às fusões, ou aos não descolamentos entre esses arquétipos, ou à configuração de um tipo diferente nas condições específicas de investigação. Essa é uma direção de análise aguçada, que, com inspiração nas formulações de Norbert

9 Para reflexões sociológicas a partir da intervenção dos intelectuais, ver Sapiro (2012); e de uma sociologia do engajamento militante, ver Matonti e Poupeau (2006).

Elias (2006), considera as interdependências entre práticas e organizações, que se desdobram processual, relacional e concorrencialmente. O foco dirige-se às tramas e osmose estabelecidas entre parceiros e rivais, que geram formas inovadas ou renovadas de fazer, de perceber ou de simplesmente categorizar os repertórios contemporâneos de ativismo¹⁰.

É inegável que desde a Guerra Fria e com o deslocamento do eixo imperialista da Europa para os Estados Unidos da América (EUA), durante o século XX, ocorreu uma redefinição significativa da matriz hegemônica global. Reunindo capital econômico, militar, jurídico e cultural, os EUA fixaram-se como principal centro exportador de tecnologias, normatividades, ideologias e aparatos institucionais considerados eficazes. Para tanto, contaram com arautos das suas singularidades, os chamados “[...] *think tanks*, fundações, circuitos comerciais e muitas organizações ditas não governamentais” (WACQUANT, 2003, p. 8-9).

A partir das fundações partidárias podemos analisar agentes responsáveis pela produção de representações sobre o mundo social fundamentados em propriedades e saberes socialmente valorizados. Para tanto, é preciso levar em conta as condições de eficácia de certos discursos e as modalidades de intervenção acionadas por detentores de atributos (sociais, políticos, culturais, econômicos etc.), que garantem a sua autoridade legítima para participar das batalhas de manipulação de bens simbólicos. Podendo eles ser nomeados como “intelectuais de partido” ou “*experts* de *think tanks*”, e essas classificações não são aleatórias. Uma é própria da matriz europeia e a outra da americana, e ambas informam percepções, recursos, papéis e práticas legítimas de intervenção, que conjugam domínios e lógicas políticas e culturais. Acontece é que a afirmação de uma não se dá sem resistência da outra. Como ocorreu na França, onde o tipo “dolarizado” chocou-se com o intelectual “contestador” e “vanguardista” e com o “intelectual de instituição” ou de organização política (da igreja católica ou do partido comunista, por exemplo), e persiste sendo questionado nos circuitos intelectuais mais ortodoxos (SAPIRO, 2009).

¹⁰ Fizemos um primeiro esboço de discussão nessa linha retomando as formulações de Collovald (2001, p. 137) sobre os riscos de ossificação de uma dicotomia e de adesão a uma “ruptura moral e temporal entre o ‘velho’ e o ‘novo’”, bem como problematizamos o uso irrefletido do silogismo “militantismo”, importado das discussões da sociologia francesa (REIS; GRILL, 2008).

Para o caso brasileiro, parece-nos que tais adjetivações funcionam como pistas pertinentes para refletir sobre algumas regularidades que observamos na própria recepção de versões desta pesquisa em forma de comunicações, discutidas junto a círculos de pesquisadores que se aglutinam em temáticas como das “instituições políticas” e do “pensamento social”. Trata-se da insistência em chamar os institutos e fundações partidárias de “*think tanks*” e das reivindicações da necessidade de “explicar” (ou denunciar) a (duvidosa) aplicação do montante que essas entidades recebem por meio do fundo partidário. O mais interessante de se observar é que aquilo que é solicitado ao trabalho acadêmico é totalmente compatível com as lógicas preponderantes nos universos de luta investigado. Confirmando os amálgamas entre esses domínios.

Desde o modelo americano – a partir do qual a economia e o direito se fundem na legitimação de uma linguagem do poder nas lutas palacianas do polo sul, importador¹¹ –, o *expert* se define pela produção de diagnósticos (demandada por diferentes instituições públicas e privadas) e por sua capacidade de perícia, definida pela posse de “competência técnica” em diferentes áreas de atuação ou de um saber supostamente científico. Nos EUA, os recursos das instituições e aqueles acumulados por esses agentes parecem garantir uma influência bem consistente sobre o debate público e as decisões políticas. Tal como indica Teixeira (2007, p. 149): “[...] os integrantes dos *think tanks* são reconhecidos como autoridade legítima para comentar questões políticas”, e o fazem ao “[...] escrever livros, depor no Congresso, conseguir contatos informais no Capitólio ou na Casa Branca e na imprensa, fazer conferências e aparecer na mídia”. Os *think tanks* americanos – ao contrário das fundações brasileiras aqui em discussão, cujo modelo originalmente foi importado da Alemanha – não são “partidários” (nem vinculados a partidos nem explicitamente posicionados partidariamente), pelo contrário, chegam a formar um campo relativamente autônomo, ainda que interdependente ao campo do poder (político, econômico, militar). Portanto, não podemos apreendê-las do mesmo modo, a não ser por uma lógica simplesmente analógica e normativa, que não raro se apoia na definição geral de que são órgãos que visam promover pesquisa, que devem apresentar as “ideias que circulam no meio político” (TEIXEIRA, 2007, p. 225) e confirmar o panegírico da efetivação da democracia.

11 Ver a discussão de Dezalay e Garth (2000).

Se, por um lado, a classificação das fundações partidárias brasileiras de forma imediata como “*think tank*” do tipo americano é, a nosso ver, problemática; por outro lado, não desconsideramos que as primeiras também se redefinem ao longo do tempo com influência das últimas. Transplantes não deixam intactos os produtos importados. Entretanto, de uma perspectiva prática, podemos pontuar o peso progressivo dos especialistas (autoridade “técnica” fundada na posse de capital escolar agilizada nos seus prognósticos), com inserção nos meios acadêmicos, que ocupam postos políticos, principalmente administrativos, intervêm nos debates acerca de formulação de políticas públicas, têm trânsito nos meios midiáticos e investem na publicação de livros, artigos, ensaios etc. sobre temáticas variadas com pertinência à intervenção política. E, de uma perspectiva analítica, enfatizar a formação de espaços compositos, assim como são híbridos os perfis dos agentes que neles atuam. Neste caso, raciocinar como Thomas Medvetz (2008) sobre o grau de autonomia/heteronomia dos agentes que atuam no espaço dos *think tanks* nos EUA traz algumas dimensões de análise pertinentes. Ele analisa as múltiplas relações heterônomas (acadêmicas, políticas, econômicas etc.) que cortam esse universo, se cruzam e geram formas complexas. Cada uma das diferentes demandas sobre a produção de um diagnóstico exige um “custo específico” e uma economia particular, ou seja, mesmo que isso não elimine a “busca pela autonomia intelectual”, ela será sempre barrada pelo “conflito com os outros princípios” (MEDVETZ, 2008, p. 10). O paradoxo é que as imbricações que garantem a força desses órgãos de produção de ideias são as mesmas que impedem a sua independência reflexiva.

A afirmação do *expert* e das empresas de *think tanks* nos EUA e sua exportação para outros lugares está na base de exigências e automatismos de classificações operadas no Brasil em relação aos institutos e às fundações partidárias. Mormente, eles são reveladores da imposição dessa matriz, constituindo-se mesmo em obstáculo à análise sociológica não substancializada e substancializadora.

Outros dois aspectos foram comentados pelos debatedores do artigo. Um sobre o volume de recursos do fundo partidário, que obrigatoriamente, segundo a legislação partidária, deve ser destinado pelos partidos às fundações. E o outro sobre a sua frágil institucionalização (leia-se burocratização), com baixo

“alcance” das formulações desses “organismos” junto aos próprios “partidos”, à “sociedade” ou à contribuição para a formação da “cultura política”. Nessa ótica, seriam, então, entidades “de fachada”, “de jure e não de fato” etc. Logo, uma espécie de universo fraco, irrelevante à análise. Acreditamos que essas referências informam muito sobre o amálgama de dimensões a ser contemplado no tratamento da politização no caso brasileiro (expostas anteriormente) e sobre as relações entre “intelectuais” e “política”. Os posicionamentos sinalizam para uma preocupação predominante com a “real importância” ou “influência” dessas entidades para o “debate”, a “formação”, a “doutrinação”, a “elaboração de programas e plataformas”, as “estratégias de campanhas” etc. Talvez por serem analogicamente pensadas em relação às referências exógenas (americanas, alemãs etc.). Com efeito, o debate – além de normativo e prescritivo na forma de conceber “a democracia”, “os partidos” e “o papel dos intelectuais” –, assenta-se, geralmente, em questões de engenharia institucional e de moral cívica¹², pautados: 1) na utilização, como parâmetro, dos modelos ocidentais (idealizados) de participação política; 2) na imposição dos problemas práticos da política como fundamento da análise sociológica (mostra de como a racionalidade política pode se impor aos demais domínios da vida social, inclusive a ciência); 3) na reivindicação de um papel para os “letrados” de construção política da nação (ou na lamentação de não estarem à altura de sua missão e lugar); 4) e, paradoxalmente, na desconfiança da política institucional, considerada artificial, incompleta, incompetente etc.¹³. Nosso esforço é de distanciamento com relação a encaminhamentos desse tipo, sem deixar de considerá-los como indicadores das lógicas de funcionamento dos universos em questão.

Estruturamos o texto que segue em três momentos. No primeiro, descrevemos, em um nível mais macro, alguns aspectos da emergência e modificações dos institutos e fundações relativamente às conjunturas históricas, às respectivas siglas partidárias, e às bases de regulamentação jurídica. No segundo momento, que podemos caracterizar como um nível intermediário de análise,

12 *Tendências já destacadas por Coradini (2008) quando analisou os processos e lógicas de politização no Brasil por intermédio das Frentes Parlamentares, bem como modelos de avaliação da sua eficácia entre os cientistas políticos brasileiros. Ver, também, a contribuição do autor neste dossiê.*

13 *Elementos que já foram identificados por Daniel Pécaut (1990) em seu estudo sobre as relações entre intelectuais e política no Brasil.*

procuramos pontuar elementos, de um lado, da estrutura organizacional das entidades partidárias e, de outro lado, das propriedades sociais, políticas e culturais dos seus presidentes e ex-presidentes, que simbolizam critérios (não fixos e com os mesmos sentidos) considerados de excelência política e intelectual. E, por último, focalizamos uma fundação partidária em particular: a Fundação Perseu Abramo (FPA), do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa escolha não foi fortuita. Baseamo-nos na constatação de características distintas e representativas em relação às outras entidades mapeadas, como no que diz respeito: ao desempenho partidário; aos perfis e repertórios de mobilização militante; ao processo de consolidação e setorialização da fundação; às características, inserções e o reconhecimento intelectual das suas lideranças e colaboradores, entre outros que são discutidos neste texto.

Emergência e modificações das fundações partidárias

A pretensão aqui não é a de fazer uma arqueologia da gênese dos institutos e fundações, nem de reconstituir em detalhe as tramas que incidiram sobre seus desdobramentos e funcionamentos, mas somente situá-las sincrônica e diacronicamente relativamente às conjunturas e siglas partidárias a partir das quais se constituíram. Há que se assinalar a eventual imprecisão na descrição, sobretudo para as primeiras fases dos institutos, resultante tanto da inexistência de repositórios públicos de informações sobre o universo, como do caráter efêmero dessas instituições em certos formatos e composições. Exigindo, portanto, esforços extras (nem sempre conclusivos) de reunião e sistematização dos dados.

O que, de alguma maneira, aplica-se às próprias denominações como “instituto” ou “fundação”, que geralmente aparecem, na rara bibliografia sobre o tema, de forma indiscriminada. Contudo, tais classificações são relativamente condizentes tanto com as estratégias específicas das suas respectivas organizações partidárias, nas diferentes fases de existência, como (e não exclusivamente) podem responder a condições ou exigências históricas e políticas mais ou menos auspiciosas à constituição de espaços desse tipo. Desde já, enfatizamos que os “institutos” são mais próprios às experiências inaugurais e, por assim dizer, têm um caráter de mobilização mais diletante e notável, vinculado às modalidades disponíveis de atuação política e de intervenção intelectual e militante. Ao passo que as “fundações” preponderam nos formatos

contemporâneos, aparentemente mais profissionalizados e compatíveis com o processo mais amplo de imposição de princípios gerais de divisão, burocratização e hierarquização do mundo social e político. A discussão que segue visa, muito sinteticamente, pontuar alguns aspectos que conectam os condicionantes mencionados nas sucessivas configurações localizadas.

Institutos e fundações partidárias existem no Brasil pelo menos desde a década de 1950, quando João Goulart, ao assumir a presidência nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), instituiu um “departamento de estudos” destinado “a conferir maior substância doutrinária ao partido” (PTB, 2015)¹⁴. O espaço foi organizado por Alberto Pasqualini, liderança política e intelectual, que hoje dá nome à entidade do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Durante o regime militar, apesar da Arena também formar, em 1975, o seu “instituto para pesquisas e estudos políticos” (chamado “Milton Campos”), foi no partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que a existência do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (o IEPES), criado em 1972¹⁵, avigorou-se como paradigmática, chegando a ser definido como uma “universidade política” e um “guarda-chuva institucional” para militantes, intelectuais e lideranças políticas. No Rio Grande do Sul, além das reuniões de discussão da conjuntura e da realização de palestras/cursos dos membros dos IEPES de Porto Alegre e do interior do estado, aconteciam os “grandes seminários”, que lotavam a Assembleia Legislativa com “personalidades” intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, Otávio Ianni, Maria da Conceição Tavares, entre outros¹⁶.

A formação do IEPES foi inspirada no modelo do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (*CEBRAP*)¹⁷ e na Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung

14 Texto disponível na íntegra em: <<http://www.ptb.org.br>>.

15 A Lei orgânica dos partidos políticos de julho de 1971 continha o art. 118 das Disposições Gerais que assegurava aos partidos, entre as funções permanentes, a “[...] manutenção de instituto de instrução e educação política, destinado a formar, aperfeiçoar e renovar quadros e líderes Partidários”. E a Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976, no art. 188, regulamentou os órgãos dos dois únicos partidos existentes nos mesmos termos.

16 Especificamente sobre a dinâmica e o significado do IEPES entre militantes que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul, ver Reis (2015; 2004).

17 Talvez o IEPES tenha sido um caso exemplar de duplo investimento no trabalho de reflexão e militância política, com influência do *CEBRAP*, que era formado por várias personalidades intelectuais com pretensões científicas e um “transfundo intelectual básico: o marxismo”, mas contava com o financiado da Fundação Ford e prestavam assessorias e consultorias para órgãos públicos, além do investimento no MDB (SORJ, 2001; PÉCAUT, 1990).

(FES) do Partido Social Democrata alemão (SPD)¹⁸. A emergência dessa última e de suas congêneres na Europa, especialmente na Alemanha, esteve ligada à “missão” de conduzir e enraizar uma concepção de democracia, principalmente nos países que foram afetados pelo totalitarismo¹⁹.

Nesse período, no Brasil, os conteúdos atribuídos aos papéis e às gramáticas intelectuais e políticas, assim como às formas de intervenção na “realidade”, alteraram-se durante as lutas de resistência ao regime militar e pela democratização (REIS, 2015; CORADINI, 2012, 1998; PÉCAUT, 1990). Lideranças oposicionistas (intelectuais, políticos, militantes) orientadas por versões de marxismo, que inauguraram seu engajamento em movimentos estudantis, religiosos, organizações clandestinas e no próprio MDB, assumiam cada vez mais protagonismo e conseguiam impor roteiros ao debate político, orientados por concepções de “socialismo” e “democracia”, que forjavam nas suas leituras e interações. Articulavam-se fatores como: arrefecimento da luta armada; fortalecimento do MDB; proeminência da universidade e dos professores universitários, com a ascensão das ciências sociais como disciplina e como fonte para a aquisição de saberes visando a engajamentos múltiplos; investimentos das agências internacionais, sobretudo americanas, no financiamento de instituições e de “competências” compatíveis com os ideais de “democracia”; e a premência de atualizar ou fabricar legendas partidárias compatíveis.

O final da década de 1970 e os anos 1980 foram marcados pelo debate e a articulação dos partidos (em 1979 foi instituída a Lei nº 6.767 que extinguiu os partidos existentes), bem como pela urgência de “democratização” do país e, menos explicitamente, dos seus porta-vozes legítimos. O momento

18 A FES foi criada em 1925 e abolida pelos nazistas em 1933 e reativada em 1947 como “instituição privada e cultural para uso comunitário”. O nome homenageia o jornalista e sindicalista que se tornou líder do PSD (1913) e, principalmente, que foi eleito o primeiro presidente da República de Weimer (1919), posição que ocupou até sua morte em 1925. Ele foi consagrado por ser o responsável pela introdução da Constituição que teve um efeito relevante na queda daquela República. Na versão brasileira do site da Fundação, há o destaque à promoção da “[...] formação e consolidação de estruturas da sociedade civil e do Estado com projetos em mais de 100 países, apoiando a democracia e a justiça social, sindicatos livres e fortes bem como a defesa dos direitos humanos e a igualdade étnico-racial e de gênero” (FES, 2015; FFN, 2015; History Learning, 2015).

19 A implantação e a inculcação dos valores democráticos foram consideradas urgentes no contexto alemão pós-1945, em que a derrota na Segunda Guerra e a clivagem dos países, sob a égide das potências vencedoras (“aliadas”), impôs, como marco da nova ordem europeia, acabar com os resquícios nazistas, militares, com a centralização econômica e ainda encaminhar os alemães à desejada democracia. Estava em pauta a promoção da educação política, da pesquisa e registro histórico, bem como a necessidade de abrigo aos militantes perseguidos pelos regimes estabelecidos (lá e aqui).

era favorável tanto às lideranças estabelecidas de reconverterem seus trunfos (trazidos da inserção em outros contextos e eventos históricos) às condições de reconfiguração, quanto às lideranças emergentes (que inauguraram sua atuação institucional no bipartidarismo sob o regime militar), que buscavam rentabilizar seus recursos e ajustar seus perfis às oportunidades de disputarem novos repertórios de questões em luta e a direção das agremiações.

Praticamente junto com a sua oficialização, os partidos formaram seus respectivos institutos de pesquisa: Instituto Pedrosa Horta (IPH) no âmbito do PMDB; Instituto Alberto Pasqualini (IAP) do PDT; Instituto Wilson Pinheiro do PT; o Instituto Astrojildo Pereira (IAP) do PCB. O PDS deu continuidade ao Instituto Milton Campos (FMC), que posteriormente foi ativada pelo Partido Progressista Reformador (PPR), constituído na década de 1990 e depois transformado em Partido Progressista Brasileiro (PPB) e Partido Progressista (PP), já nos anos 2000. Para o PRONA, foi localizado o Instituto de Ciência Política Marechal Rondon (ICPMal.R). Nesse período, não havia exigências legais para a criação desses espaços e existiam restrições com relação aos apoios financeiros estrangeiros aos partidos, condições essas revistas posteriormente.

Era primordial compor, alinhar e alicerçar as fronteiras das organizações partidárias, associada à disposição para explorar as virtualidades da “sociedade civil” (como conceito, modelo e espaços possíveis de atuação). Claro, em congruência com a plêiade de porta-vozes animados em problematizar uma gama de causas que eles próprios contribuíam a fazer existir como tal. Esses fatores cooperaram no lugar em falso então ocupado pelas instâncias específicas de pesquisa, formação e intervenção dos partidos. Mesmo assim a leitura, um tanto laudatória, consagra e explicita o sentido ainda conferido a essas entidades, que refletiriam:

[...] a necessidade do envolvimento com a sociedade civil em geral, da participação em debates de temas contemporâneos, de estudos acadêmicos e, principalmente, em quebrar os obstáculos que os partidos políticos possuem no que concerne à aceitação pelos diferentes segmentos da sociedade. Cabe às fundações discutir a democracia, a história dos partidos políticos, os ideais de liberdade do homem, soberania nacional, economia, direitos humanos, e, sobretudo, a preparação de novas lideranças políticas que serão no futuro próximo, porta-vozes de suas idéias [sic]. (PRADO, 2009).

Nas condições de diversificação e multiplicação de “atores” que se apresentam na disputa dos posicionamentos legítimos, agentes autorizados (pelo

peso político e/ou reconhecimento intelectual) se investem da missão de fazer o “proselitismo da política”, isto é, de edificar e reproduzir a “moral cívica vigente” e, por consequência, o “dever moral da participação”. Em conexão com o abonamento de certas “competências” para participar, com o trabalho de inculcação de um repositório de princípios, modalidades e vocabulários legítimos de intervenção no jogo democrático, com o processo de naturalização de categorias e sistemas de classificação gestados concorrencialmente pela oferta política, enfim, com a *accoutumance* ao ideal democrático²⁰.

Foi a partir da segunda metade dos anos de 1990 que se deu o empreendimento mais sistemático de formalização e visibilização dos institutos e fundações, assim como dos partidos²¹. O principal ingrediente nesse sentido foi a promulgação, em 19 de setembro 1995, da Lei nº 9.096 – Nova Lei Orgânica dos partidos políticos –, que incorporou o requisito de que no mínimo “vinte por cento do total recebido” com o Fundo Partidário deveria ser aplicado nas entidades “de pesquisa e doutrinação e educação política”, e estipulou, em seus arts. 38, 44 e 53, que elas seriam autônomas “[...] para contratar com instituições públicas ou privadas, prestar serviços e manter estabelecimentos de acordo com suas finalidades, podendo, ainda, manter intercâmbio com instituições não-nacionais [*sic*]” (BRASIL, 1995).

Das informações localizadas, acentua-se que oito partidos apresentaram fundações/institutos com data de criação nos anos 1990: a Fundação Ulysses Guimarães (FUG) do PMDB; a Fundação Perseu Abramo (FPA) do PT; o Instituto Tancredo Neves (ITN) do PFL; a Fundação João Mangabeira (FJM) do PSB; o Instituto Maurício Grabois (IMG) do PCdoB; a Fundação Teotônio Vilela (FTV) do PSDB; o Instituto Jânio Quadros (IJQ) do PTR (depois PRTB); e o Instituto de Pesquisa Humanista e Solidarista (IPHS) do PHS.

20 Ver Lacroix (1985) e Offerlé (1989).

21 Data do início da década de 1990 a instalação no Brasil da Fundação Friedrich Naumann (FNS). No entanto, é salientado, na apresentação da fundação alemã, que ela vem influenciando “parceiros brasileiros em relevantes projetos políticos e econômicos” desde 1965. Foi criada em 1958 e vinculada ao Partido Democrático Liberal alemão (*Freie Demokratische Partei/FDP*). Concebida pelo discípulo Theodor Heuss, a fundação é apresentada com o intuito de forjar: “[...] princípios básicos e enfoques políticos liberais nas áreas de democracia e estado de direito, de direitos humanos e civis, da juventude, da política econômica, ambiental e municipal, promoção das empresas de pequeno e médio porte, bem como a integração de política, economia e sociedade em todos os níveis, tendo em vista uma orientação democrática e social do desenvolvimento futuro do Brasil como estado de Direito” (FFN, 2015).

Como é possível evidenciar, seis das entidades são de partidos formalizados nos anos 1980 e, dessas, duas são reformulações de entidades criadas naquela década (o PMDB mudou o IPH para FUG; o PT, depois de encerrar as atividades do IWP, criou a FPA). Portanto, dois partidos e suas respectivas entidades teriam sido constituídos nos anos 1990.

Foram igualmente detectados institutos ou fundações para outros oito partidos deferidos na referida década. São eles: o Instituto Juscelino Kubitschek (IJK), do PMN; o Instituto Pedro Aleixo (IPA), do PSC; o Instituto de Estudos Políticos de São Paulo (IESP), do PRN (depois PTC); a Fundação Barão e Visconde de Mauá (FBVM), do PTdoB; o Instituto José Luís e Rosa Sundermann (IJLeRS), do PSTU; o Instituto Democrata Cristão de Formação Política (IDCFP), do PSDC; e o Instituto Milton de Lyra Bivar (IMLB), do PSL.

Nos anos 2000²², aconteceu a (re) criação da Fundação Astrojildo Pereira no âmbito do PPS, outrora Instituto do PCB; o Instituto Herbert Daniel (IHD) do PV; por conta da morte de uma das principais lideranças do PDT (em 2004), foi feito o acréscimo do seu nome à entidade do partido, agora Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini (FLB-AP); com a dissolução do PFL e a criação do DEM, o ITN deu lugar à Fundação Liberdade e Cidadania (FLC). Institutos associados a outros partidos formalizados nos anos 1990 foram transformados em Fundações, como o Juscelino Kubitschek (FJK), do PMN; o Maurício Grabois (FMG), do PCdoB; e o José Luís e Rosa Sundermann (FJL e RS), do PSTU. Dos partidos deferidos nos 1990, somente para o PCO não foi detectado nenhum órgão desse tipo. Avançando no tempo, do PR foi localizado o Instituto Republicano (IR); do PSOL a Fundação Lauro Campos (FLC); do PRB a Fundação Republicana Brasileira (FTB); e do PSD o Espaço Democrático (ED).

22 Nos anos 2000, vale registrar a implementação no Brasil da Fundação Heinrich Böll (FBBöll), ligada ao Partido Verde alemão. Segundo apresentação oficial, sua atuação a partir dos anos 1970 se caracteriza "como uma resposta às tradicionais políticas socialista, liberal e conservadora", declara como "princípios fundamentais" as questões relacionadas à ecologia e à sustentabilidade, bem como à "democracia", aos "direitos humanos", à "autodeterminação" e à "justiça social", enfatizando o que seria uma "democracia de gênero" (FHB, 2015). E também da Fundação Rosa Luxemburgo (FRLuxemburgo), criada em 1990 e associada ao Partido de Esquerda alemão (Die Linke/DL). O Die Linke explicita como causas oficiais: "[...] o acesso aos bens sociais básicos, tais como a cogestão democrática, a paz livre de violência, o meio ambiente saudável, o trabalho remunerado, a saúde e a segurança social" (FFN, 2015).

Em dezembro de 2005, foi editada a Resolução nº 22.121, na qual ficou determinado que “[...] os entes criados pelos partidos políticos para a pesquisa, doutrinação e educação política devem ter a forma de fundações de direito privado” (art. 1º). A resolução do Tribunal Superior Eleitoral (STE) foi sustentada na exigência de afiná-las às normas fixadas no Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002), devido, entre outros fatores: à “necessidade” de adequação “à forma jurídica que mais se amolda aos objetivos da Lei nº 9096/95”; à inexistência de “institutos partidários como entes personalizados” na “nova ordem civil”; à aproximação das “finalidades dos institutos partidários como de cunho moral” aos “objetivos morais próprios das fundações”; à “atribuição legal [que é] do Ministério Público” de “velar pelas fundações”, à exigência de aplicação de “no mínimo vinte por cento dos recursos do Fundo Partidário”; à possibilidade de “velamento civil sobre as fundações” do MP por “força de lei”; e à “necessidade de se estabelecer rotina procedimental para igualar o tratamento da aplicação, fiscalização e prestação de contas de recursos do Fundo Partidário” (STE, 2005).

A forma de fundações partidárias de direito privado fixadas para os “entes criados pelos partidos” (art. 1º) amoldava-se aos “termos e prazos da lei civil” – arts. 2.031 e 2.032 da Lei nº 10.406/2002, Novo Código Novo Civil (BRASIL, 2002). Entre outras coisas, ficou determinado que “[...] as atribuições destas e as das representações [devem ser] fixadas em estatuto” (art. 1º), visto que “cada partido político poderá criar uma única fundação” (§1º); assim como para os partidos, a atuação das fundações “[...] dar-se-á por meio da criação de representações nacionais, estaduais e municipais” (§3º); e “[...] as representações não terão autonomia nem personalidade próprias. Seus órgãos de deliberação e (ou) de fiscalização ficam vinculados aos da pessoa jurídica que representam” (§4º) (BRASIL, 2002).

Como foi pontuado, o “velamento” das fundações de direito privado, em termos das suas finalidades e patrimônios, passaria a ser função do Ministério Público, cuja “chancela” foi interpretada como conferindo “segurança e credibilidade a essas pessoas; [tornando-as] mais atrativas e competitivas, por ostentar verdadeiro diferencial quando em comparação às sociedades empresariais e associações” (SICILIANO, 2012). Essas normatizações foram alvo de debates e ajustes. Por exemplo, entre lideranças partidárias, verificamos

que as reivindicações mais frequentes foram no que tange à obrigatoriedade de existência das fundações; à necessidade de distinção legal dessas entidades em relação a outras, igualmente presentes no Código Civil; à possibilidade de vincular os objetivos das fundações àqueles do seu partido instituidor, entre outras. E, entre jornalistas e analistas políticos, a regularidade nas contestações diz respeito ao avaliado como exorbitante montante recebido com o fundo partidário, acompanhadas de suspeitas quanto à efetiva aplicação aos fins considerados adequados (quase sempre começando por referências às ausências de sedes e funcionários). Mais recentemente, o debate foi renovado com a promulgação da Lei nº 12.891, de dezembro de 2013, que incluiu o seguinte inciso na Lei nº 9.096/95, em seu art. 44: “No exercício financeiro em que a fundação ou instituto de pesquisa não despender a totalidade dos recursos que lhe forem assinalados, a eventual sobra poderá ser revertida para outras atividades partidárias, conforme previstas no caput deste artigo” (BRASIL, 1995). Os vigilantes críticos (“analistas políticos”) não tardaram em denunciar a “oficialização do desvio” dos recursos para outros fins.

De qualquer modo, essas polêmicas e disputas em torno de interesses e representações (no duplo sentido do termo) sobre o que são ou devem ser, comprovam lógicas muitas vezes ambivalentes. E elas subjazem não apenas os processos mais específicos de objetivação das fronteiras organizacionais, como aquelas que condicionam as configurações sociais e políticas mais gerais.

Organização e composição

Dos 32 partidos existentes em 2016, obteve-se o nome de institutos ou fundações para 26 deles. O primeiro dado a ser apontado é a “homenagem” que 19 delas fazem a “ícones” da política brasileira, seguindo, portanto, a praxe de elogio a lideranças políticas adotada no modelo alemão²³.

23 *A Fundação Friedrich Naumann (FNS) leva o nome de um clérigo protestante, “periodista e teólogo”, parlamentar liberal (1860-1919) que teria se dedicado “[...] na Alemanha da virada do século à difusão do ideário liberal e de uma consciência civil emancipada” (FNS, 2015). O homenageado da Fundação Heinrich Böll (FBBöll) é caracterizado, na sua página, como um “escritor alemão [...] vencedor do Prêmio Nobel de literatura, que personifica os valores com os quais nos identificamos: a defesa da liberdade, justiça, tolerância, engajamento sócio-político, o debate aberto e a valorização da arte e cultura como esferas independentes de pensamento e ação” (FHB, 2015). A Fundação Rosa Luxemburgo homenageia uma liderança exaltada por “posições antimilitaristas e internacionalistas dentro do Partido Socialdemocrata Alemão” (PSD, 2014). Ver informações sobre as fundações nas notas 18 e 19.*

Basicamente são protagonistas notabilizados a partir do pós-redemocratização de 1945 e/ou que tiveram significativa produção intelectual, como Pedroso Horta, Ulysses Guimarães (PMDB), Alberto Pasqualini, Leonel Brizola (PDT), Milton Campos (PP), Tancredo Neves (DEM)²⁴, Teotônio Vilela (PSDB) e João Mangabeira (PSB). A estratégia de associação a personagens heroicizados da política republicana é ativada pelos maiores partidos, com poucas exceções. A autoridade para o uso do patrimônio coletivo investido nesses nomes consagrados e consagradores parece estar relacionada, em alguns casos, à convergência entre o peso das agremiações, à posição conquistada por seus quadros nas últimas décadas e às biografias dos principais dirigentes que participaram dos partidos desde a fundação.

Os partidos menores e considerados de direita, por seu turno, condecoram personagens mais controversos e de expressões mais localizadas, como Jânio Quadros (PRTB), Pedro Aleixo (PSC) e Barão de Mauá (PTdoB). Ou mesmo não enaltecem personalidades. Para as entidades de partidos menores e que se situam mais à esquerda no espectro de forças partidárias, os nomes próprios são exaltados como protagonistas de causas revolucionárias, personagens que teriam participado de “feitos”, “movimentos” e “eventos” concebidos como exemplares para a certificação das “causas” defendidas e dos atributos pessoais valorizados. São exemplos disso: o seringueiro Wilson Pinheiro (Instituto do PT na década de 1980); o dirigente comunista e comandante da guerrilha do Araguaia Maurício Grabois (PCdoB); o casal de militantes José Luís e Rosa Sundermann (PSTU); o dirigente comunista Dinarco Reis (PCB); e o militante da luta armada durante a ditadura militar, depois porta-voz da causa ecológica, Herbert Daniel (PV). E há, ainda, aquelas que celebram agentes cujo prestígio adquirido e as qualidades louvadas são relacionados a recursos culturais, à posse de títulos escolares e à condição de intelectual, tais como o jornalista Astrojildo Pereira (PPS), o jornalista e sociólogo Perseu Abramo (PT) e o jurista Lauro Campos (PSOL). Eles se caracterizam pela forte influência na produção de bens simbólicos politizados nas lutas pela definição de problemáticas legítimas.

24 Depois, a fundação do DEM foi denominada Liberdade e Cidadania.

Quando nos concentramos um pouco mais nesse investimento simbólico de inscrição na história e de associação a “vultos”, observamos que as homenagens parecem revelar aproximações, distanciamentos, clivagens, enfim, alinhamentos entre siglas e, conseqüentemente, entre as fundações²⁵. Considerando os perfis, os períodos de atuação, os eventos protagonizados e as causas incarnadas nas biografias dos agentes, é possível localizar entre os “nomes”: um polo com aqueles ligados à história do comunismo e do socialismo; outro com personalidades que dividem a “herança” do “legado” trabalhista e varguista; um terceiro constituído por aqueles vinculados ao ideário democrático via ligação com a “luta contra a ditadura”; e, por último, um núcleo de entidades que não personifica suas referências em ícones, mas em modelos de liberalismos. Obviamente, há vários pontos de intersecção, possibilidades de equivalências e zonas de confluências. Desse modo, múltiplas combinações de elementos são viáveis e distintas lógicas de identificação são perceptíveis nesses jogos de invenção/usos de “ícones”.

No tocante aos processos gerais de reconfiguração das fundações, evidentemente eles não têm os mesmos impactos para todas as agremiações partidárias. Pelo contrário, tomando como vetor da estrutura organizacional as páginas mantidas na rede mundial de computadores, sobressaem discrepâncias com relação ao grau de diversificação de atividades, profissionalização de quadros e meios materiais. Que são consoantes não somente ao tamanho e à força dos partidos que as abrigam, mas também ao tempo de existência e, de modo nada negligenciável, aos perfis sociais, culturais e ideológicos de constituição dos mesmos.

Portanto, considera-se que a construção e manutenção desses sítios eletrônicos apresentam-se como fonte relevante à apreensão tanto do estágio de institucionalização das fundações como das estratégias de mobilização ativas pelos partidos. No mínimo devido ao alcance e ferramentas que proporcionam e também à imposição desta linguagem (discursiva, comunicacional, visual etc.) de interpelação e divulgação como legítima. Portanto, as estratégias acionadas não significam somente o planejamento racionalizado de ações com

25 *O que, inclusive, explica algumas atividades conjuntas veiculadas em diferentes sítios da internet.*

vistas ao alcance de resultados objetivos. Elas respondem, precipuamente, a um chamado de enquadramento à ordem vigente de intervenção política e à exigência de prestação de contas das suas atividades diante os questionamentos referentes à aplicação apropriada dos altos recursos recebidos.

Das 26 fundações localizadas, 16 têm página própria na internet. Para sete delas, o acesso somente pode ser feito por *links* residentes nas páginas virtuais dos partidos, e um tem somente um “perfil” em uma rede social.

Por meio do endereço da sede divulgado por 21 fundações, foi possível verificar que para 12 eles são diferentes daquele da direção nacional do partido, o que denota minimamente a precaução em demonstrar a segmentação das atividades. 18 fundações informam suas diretorias, e 14 delas elencam a composição de, pelo menos, dois Conselhos, o Conselho Fiscal, o Conselho Curador e/ou o Conselho Deliberativo, adicionando cargos de direção como presidência, vice-presidência, secretaria, tesouraria etc. E apenas quatro possuem entidades organizadas em vários estados. Não casualmente, estão entre aquelas formadas há mais tempo, como a FUG (PMDB), FLB-AP (PDT) e a FMG (PCdoB), além da FTV (PSDB). A FMC (PP) e a FRB (PRB) apresentam apenas uma “congênera” regional em funcionamento.

Como não poderia deixar de ser, uma preocupação recorrente é reivindicar que a fundação exerce seu papel de “formação política”. A própria página é um veículo de organização, seleção, divulgação e transmissão de textos em forma de livros, revistas e jornais harmonizados com a posição político-ideológica do partido e da fundação. Mais de 80% delas servem como depósito de acervos e bibliotecas que incluem livros, revistas, jornais, vídeos e documentos diversos.

A existência de setor específico de formação nas fundações é um indicador do relativo nível de complexificação alcançado por algumas. Mais precisamente, nove entre elas informam escolas ou universidades no seu interior, apresentando cursos de formação permanente, com conteúdos relativamente fixos, módulos ou unidades, materiais didáticos organizados e procedimentos explícitos de transmissão.

Os empreendimentos editoriais efetuados, sustentados e divulgados apontam indícios de hierarquização entre as fundações. Acentua-se a recorrência de investimentos em publicação de livros por parte de editoria própria (oito das fundações) ou em parcerias (para cinco dos casos). Mais importante ainda é que apenas dez desses espaços virtuais trazem acesso a uma revista financiada pela entidade. Mais raro, todavia, são as fundações com revistas relativamente atualizadas e com periodicidade em dia ou existentes há vários anos, somando apenas quatro.

Outro meio que exige estrutura burocrática, técnica e financeira para seu funcionamento são as TVs. Contendo vídeos de entrevistas, reportagens, eventos partidários e documentários, foi identificado o acesso específico a esse meio de expressão e divulgação em cinco.

A Tabela 1, apresentada a seguir, consiste em um esforço de sistematização das informações supramencionadas. Foi acrescentado ainda o item relativo à receita das entidades no ano de 2015 (última coluna), conforme demonstrativo de despesas e receitas informado pelos partidos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O montante de recursos repassados, observado *vis-à-vis* aos investimentos privilegiados pelas fundações, informa tanto os condicionantes que pesam para a adaptação à gramática democrática fixada nas últimas décadas como os perfis de organizações partidárias mais propensas aos usos desses meios de intervenção.

Tabela 1 – Estrutura das fundações partidárias brasileiras

Fundação, Instituto/ Partido	Site	Sede	Diretoria	Conselhos	Regionais	Escola	Revista	Livros	TV	Despesas em 2015 R\$**
FPA/ PT										23.242.977,25
FMC/ PP										11.176.584,51
FUG/ PMDB										18.578.738,20
FLB/ PDT										6.900.000,00
FTV/ PSDB										17.575.547,76
FMG/ PCdoB										3.461.948,00
FJM/ PSB										10.901.834,12
FLC/ DEM										7.198.532,10
FAP/ PPS										3.549.204,61
FLC/ PSOL										1.849.437,98
FJK/ PMIN										1.062.000,00
FPTB/ PTB										6.907.861,52
IPHS/ PHS										1.856.621,71
FHD/ PV										3.599.397,32
IR/ PR										9.828.783,01
FDR/ PCB										Não consta
FJLeRS/ PSTU										603.983,05
FBdeM/ PTdoB										1.667.691,07
FRB/ PRB										7.773.692,24
FED/ PSD										10.392.890,88

Fundação, Instituto/ Partido	Site	Sede	Diretoria	Conselhos	Regionais	Escola	Revista	Livros	TV	Despesas em 2015 R\$**
FCC/ PPL										505.555,09
NFP/ PROS										4.933.226,44
FPA/ PSC										4.548.200,00
FDC/ PSDC										Não consta
FMB/ PSL										Não consta
FJO/ PRTB										1.588.819,61
FMCST/ PTC										839.665,47
NI/ PRP										1.530.334,00
NI/ PCO										487.928,62
NI/ PTN										Não consta
NI/ PEN										1.399.362,43
NI/ SDD										4.599.237,34

** Dados extraídos do site TSE (2016).

Legenda: O cinza escuro significa que a fundação conta com o seu próprio site; revistas com periodicidade relativamente atualizada; e que possuem suas próprias editoras. E os campos em preto indicam que o site da fundação é acessível somente via link do partido ou Facebook; que a publicação da revista é intermitente ou está fora de circulação há vários anos; e que os livros foram em parcerias com outras editoras.

Fonte: Adaptada de TSE (2006).

Como é possível perceber, no que pese a concentração desses dispositivos nas grandes agremiações (também melhor aquinhoadas pelo fundo partidário), sobressai-se a presença de alguns deles nas entidades de partidos menores, especialmente as reconhecidas como de esquerda, com perfis tidos como mais “ideologizados”. Compreende-se o motivo pelo qual as fundações mais afinadas às exigências legais, morais, pragmáticas e, portanto, respondendo a conciliações normativas e institucionais, distribuem-se em siglas distintas e antagônicas.

Afora a capilarização (em termos de estruturação em vários estados) conquistada pelas FUG (PMDB), FMG (PCdoB), FLB-AP (PDT) e FTV (PSDB), pode-se pontuar a editora da FJLeRS (PSTU) e as revistas da FLC (PSOL), assim como a estrutura montada na FMG (PCdoB) e na FPA (PT).

Na esteira das modificações já grifadas neste texto, alteram-se os perfis profissionais, culturais e políticos dos seus dirigentes. Situando socialmente 41 presidentes e ex-presidentes, percebemos algumas regularidades.

No que tange especificamente à principal ocupação exercida pelos agentes, é necessário destacar que a população é formada majoritariamente por “políticos profissionais”. Isto é, 32/41 deles exerceram, ao longo de suas vidas adultas, cargos eletivos e/ou de nomeação e/ou cargos partidários de direção durante duas décadas ou mais. Característica que exclui apenas dois professores universitários e personalidades intelectuais, sem carreiras políticas, que foram presidentes de entidades do PMDB e do PT na sua fase inaugural; e sete agentes que dirigem fundações de pequenos partidos (de esquerda e de direita) que nunca concorreram ou tentaram sem sucesso chegar a postos eletivos.

É possível distribuí-los entre diferentes profissões de acordo com as informações disponíveis em fontes de dados biográficos como o Dicionário Histórico Biográfico da Fundação Getúlio Vargas, os repertórios biográficos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e os dossiês fornecidos à justiça eleitoral quando da inscrição de candidaturas (acessíveis a partir do site do Tribunal Superior Eleitoral-TSE). Notabiliza-se a presença de: professores universitários (18); advogados (15); funcionários públicos (sete); empresários (seis); jornalistas (cinco); e médicos (três). Outras ocupações aparecem para apenas um agente.

Cabe grifar, em primeiro lugar, que essas ocupações não são excludentes entre si e tampouco exclusivas. Além disso, são atividades profissionais que a bibliografia tem indicado como compatíveis com a intervenção política mais sistemática, em virtude tanto do tempo livre como da conciliação de “competências” exigidas. Atenta-se também à variedade de ocupações exercidas pelos presidentes das fundações e ao aumento, no decorrer dos momentos sucessivos discutidos no início do texto, da presença de professores universitários, jornalistas, economistas e funcionários públicos. Quer dizer, evidencia-se a reconfiguração de circunstâncias nas quais prevaleciam advogados e empresários (urbanos e/ou rurais) para a diversificação de ocupações prévias e o recrutamento de agentes com saberes escolares e competências técnicas específicas.

No que diz respeito às formações escolares de 38/41 casos para os quais se encontrou essa informação, 37 agentes possuem título superior (um abandonou a universidade para atuar na luta armada, depois se tornou poeta, escritor e doutor *Honoris Causa*). Desses, 15 também alcançaram algum diploma de pós-graduação, e sete deles constam com passagens por instituições estrangeiras nos trajetos escolares. Sobre a distribuição de títulos obtidos em distintas áreas do conhecimento (alguns têm mais de um diploma), 16 agentes possuem formação em direito; seis em economia; cinco em engenharias; três em medicina; três em administração; três em comunicação social; dois em sociologia; um em letras; e um em arquitetura.

Conjuga-se a isso, quando ponderamos sobre a distribuição das titulações dos presidentes de acordo com as décadas em que ocuparam cargos (é bom frisar que alguns atravessam mais de uma década), que ocorre uma razoável diminuição ou estabilização (proporcionalmente) de agentes formados em direito; em contraste com o relativo aumento de outros saberes, notadamente economia, administração, comunicação e sociologia. Isso paralelamente à pluralidade de modelos de fundações existentes e ao grau de institucionalização de algumas delas,

A variedade de ocupações e de formações reflete uma série de processos de recomposição, que são também efeitos de transformações globais. Interessa-nos particularmente aquelas que afetam as intersecções entre os domínios culturais (universitário, mercado editorial, trocas transnacionais, desenvolvimento tecnológico etc.) e políticos (proliferação de espaços, causas politizadas e

politizáveis, dos repertórios de mobilização, redefinição dos recursos que habilitam/autorizam porta-vozes e representantes, a afirmação da linguagem técnica do poder etc.).

O que se retrata na expansão e diversificação do mercado político mais amplo, que produz, no seu bojo, o acirramento do descrédito de formas de engajamentos militantes consideradas mais “tradicionais”, como a sindical e a partidária. Concomitantemente, há o efeito da especialização das organizações partidárias, que aponta para a substituição dos bacharéis e notáveis para perfis mais técnicos e especializados. Trata-se de uma configuração caracterizada pela conjunção de referências que depreciam ou desqualificam a posse de cargos eletivos, adicionada à escalada do conhecimento “técnico” e à persistente valorização de uma condição de intelectual. Nela, a conquista de altas posições no ranking político parece depender das aptidões para se apresentar como um profissional híbrido (político, intelectual, especialista, militante etc.).

O conjunto dos casos de presidentes de fundações analisado compõe uma “elite política” para a qual o curso superior é somente um elemento adicional na carreira das lideranças que ocupam essa posição. Cumpre assinalar que 31/41 deles (portanto 75%) exerceram cargos eletivos e, entre os demais, cinco concorreram em pelo menos uma eleição. O mesmo percentual foi obtido para aqueles que ocuparam cargos administrativos de alto escalão em governos federais e estaduais. Para corroborar a constatação sobre o pertencimento destes agentes às altas “rodas políticas”, demonstram-se os cargos eletivos e os cargos administrativos mais altos alcançados pelos presidentes e ex-presidentes das fundações. Entre os 31 que desempenharam cargos eletivos, seis foram governadores de estado; um vice-governador; cinco senadores; 17 deputados federais; e dois deputados estaduais. E entre os 31 que detiveram cargos administrativos de alto escalão: 11 foram ministros em governos federais; cinco foram presidentes de estatais; e 15 foram secretários em governos estaduais.

O grau de profissionalização na política permite perscrutar uma parte da sustentação da autoridade que adquirem para “falar” em nome dos partidos e “formular” suas “doutrinas”, “programas”, “ideologias” etc. A passagem por cargos eletivos e/ou administrativos (de preferência associados) confere reconhecimento às lideranças, seja como porta-vozes testados de questões sociais tidas como legítimas (principalmente enquanto parlamentares), seja como

participantes de arenas mais setorializadas, orientados por temas especializados (enquanto gestores em ministérios, secretarias ou estatais). O que pode ser ratificado com o dado de que 28 deles ocuparam tanto cargos eletivos como cargos administrativos, ao passo que somente três tiveram carreiras políticas que se restringiram à arena eletiva e três à arena administrativa. Ademais, a análise dos trajetos desses políticos possibilita perceber que a chegada à presidência das fundações (principalmente as mais consolidadas) é parte integrante da aclamação política e intelectual dos mesmos. Neste caso, sobressaem 29/41 deles (portanto 70%) que foram indicados à presidência da respectiva fundação quando ocupavam cargos políticos (27 como deputados e senadores). Porcentagem que se eleva quando são aferidas apenas as fundações mais institucionalizadas, chegando a 83%. Raros são os casos de “políticos aposentados” (apenas dois), ou seja, que não ocuparam cargos políticos simultânea ou posteriormente. Não há ainda ocorrências de indivíduos que utilizam tal posição para alavancar carreiras políticas de sucesso, quer dizer, que chegaram a postos eletivos ou administrativos apenas depois de passar pela presidência da fundação (aqueles que tentaram, sem sucesso, pertencem a partidos pequenos e com fundações pouco estruturadas).

Para refinar ainda mais esse dado relativo à legitimação simultaneamente eletiva, partidária e cultural dos agentes, cabe ressaltar que 25 deles pertenciam aos altos escalões da política nacional (ocupando cargo deputado federal ou senador) antes de chegar à presidência de uma fundação, e continuaram integrados às “altas rodas” da elite parlamentar brasileira após deixarem o posto (exercendo mandatos no parlamento nacional). Entre presidentes e ex-presidentes das grandes fundações, é bom grifar, eles chegam a quase 80% dos casos.

Apesar de predominarem os “políticos profissionais” não se pode, contudo, desconsiderar o reconhecimento que tais agentes logram como “intelectuais” em seus partidos. Um dos meios de atestação dessa condição de formador político e formulador teórico ou programático do partido se expressa por meio da publicação de livros.

Entre os 41 casos analisados, 27 (logo 66%) assinam a autoria de “obras” dos mais diversos gêneros. Desses, 18 (quase metade do total da população) publicaram cinco livros ou mais ao longo das suas biografias, sem deixar de mencionar que 12 deles ostentam mais de uma dezena de publicações.

Tais produtores, ao serem classificados de acordo com o gênero de produção anteposto, podem ser, por sua vez, divididos entre: 1) aqueles que se dedicam a assuntos especializados e ligados a uma formação acadêmica específica, que somam 14 presidentes e ex-presidentes; 2) os que priorizam temas gerais, como posicionamentos sobre modelos de sociedade, que ocupam lugar central na produção escrita de oito casos; 3) e aqueles que investem em produções literárias em geral (poesia, contos, ensaios em geral), que são apenas cinco agentes. Os títulos mais recentes informam a ênfase em um gênero de escrita setorializado, isto é, fundamentados em conhecimentos técnicos e voltados às áreas específicas de formação²⁶.

O caso da Fundação Perseu Abramo

Tomando os dados de organização e de perfis, comparativamente às demais fundações, a FPA do PT apresenta características que a diferenciam. Em primeiro lugar, há uma combinação equilibrada dos seguintes elementos: a *performance* eleitoral do partido ao qual pertence, o tempo de existência da sigla e as características ideológicas, profissionais e culturais dos militantes da agremiação. Em segundo lugar, por meio da observação dos sítios de todos os órgãos que conseguimos encontrar, constatamos que ela é a mais consistente na sua estruturação (diretorias, conselhos, núcleos, centro, editora, revista etc.); divulgação (de cursos, palestras, boletins, números das revistas, livros publicados etc.); e articulação com agentes individuais e coletivos variados (que contribuem material e/ou intelectualmente ao seu funcionamento e dinâmica). Conjuga-se a isso a representatividade dos perfis e trajetórias dos seus presidentes e colaboradores no que se refere aos amálgamas entre domínios políticos e culturais, mormente porque desvelam as bases de certificação à ocupação de postos políticos e ao reconhecimento enquanto intelectuais.

Diante disso, propomos uma descrição um pouco mais detalhada das estratégias de setorialização no seio dessa fundação, a partir do exame das informações do *site* da FPA no período de 2015 e 2016.

Em primeiro lugar, ao contrário da maioria das entidades desse tipo, há a divulgação do endereço físico da sede, localizada na capital paulista.

26 Sobre os gêneros de escrita privilegiados por políticos profissionais no Brasil, ver: Grill e Reis, 2016, 2012.

As diretorias e os conselhos são detalhados, com os nomes dos seus membros acompanhados de biografias, que lembram currículos, constando: títulos de pós-graduação, ocupações ligadas ao magistério, inserções militantes, cargos políticos, assessorias e consultorias, além da produção escrita. Principalmente, há *links* aos diferentes núcleos que compõem a fundação: Centro Sérgio Buarque de Holanda; Editora Fundação Perseu Abramo; Núcleo Administrativo Financeiro; Núcleo de Comunicação; Núcleo de Cooperação Internacional; Núcleo de Cultura Política; Núcleo de Formação Política; Núcleo de Opinião Pública; Revista *Teoria e Debate*. Todos com seu próprio coordenador e equipe nomeados.

Em uma das visitas, no atalho indicado como “Conhecimento FPA”, encontramos divulgados quatro cursos: “Mestrado profissional em políticas públicas” (360 h – presencial); “Especialização em gestão e políticas públicas” (400 h – semipresencial); “Difusão do conhecimento em gestão e políticas públicas” (130 h – à distância); e “Curso de capacitação em gestão e políticas públicas” (20 h – presencial em cidades polos). Atenta-se à semelhança com as estratégias de estruturação/apresentação de cursos de pós-graduação das instituições de ensino superior, com módulos, matriz curricular e editais de seleção, por exemplo.

Há a disponibilização de materiais referentes à revista *Teoria e Debate*; ao Centro de Pesquisa Sérgio Buarque de Holanda, que edita a revista *Perseu* desde 2007; e à editora da fundação, deixando acessíveis dezenas de livros publicados. Nas capas dessas obras, aparecem alguns de seus “parceiros”, como a Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), a revista *Carta Maior*, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Centro de Mídias Alternativas Barão de Itaraé, entre outros. A editora também organiza três coleções específicas: 1) “O que saber”: com “publicações de fácil leitura” sobre “temas atuais”, como: “ativismo digital”; “Estado laico”; “novos conceitos de família”; “socialismo”; etc.; 2) “A situação dos estados”: majoritariamente organizada por especialistas da área de ciências econômicas e, em menor número, de ciências sociais, encarregados de levar a cabo a “missão” de “reunir e interpretar uma série de dados”, principalmente para “[...] embasar os programas de governo dos candidatos e das candidatas do Partido dos Trabalhadores ou das coligações que o PT eventualmente venha a participar”; 3) e “Projetos para o Brasil”: organizada por especialistas, com textos sobre temas conjunturais como “participação

popular”, “comunicação e democracia”, “questão fiscal e o papel do Estado”, “desenvolvimento agrícola e questão fundiária”, “política de segurança”, “pacto federativo”, “pobreza”, “políticas sociais” etc.

Em outro acesso, a Tevê FPA exibia palestra sobre segurança pública, ministrada pelo professor da PUC/RS Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo²⁷. Logo na página inicial, estava em realce a chamada para o evento intitulado “Ciclo de Debates”, promovido em parceria com Friedrich-Ebert-Stiftung (FES). Alguns deles são transmitidos pela Tevê FPA e geraram, posteriormente, publicações em livros com os selos das duas instituições (FPA e FES). Foram palestrantes no evento: o cientista político e jornalista André Singer, a filósofa Marilena Chauí, os economistas Márcio Pochman (então presidente da FPA) e Mário Lisboa Theodoro, a urbanista Ermínia Maricato, o sociólogo Jessé de Souza, entre outros. Em comum, a ligação com o partido, com o magistério superior e a autoridade, política e intelectual, para apresentar análises e prescrições sobre temas conjunturais (“classes sociais”, “economia”, “democracia”, “espaço urbano”, “mobilizações” etc.). Ressalta-se também a divulgação dos “Encontros de Memória e História”, atividade promovida pelo Centro de Pesquisa Sérgio Buarque, em Salvador/BA, com a participação de historiadores e cientistas sociais (que são professores de universidades e/ou ocupantes de cargos políticos e/ou militantes de organizações de esquerda), sindicalistas ligados à CUT e estudantes vinculados ao *Movimento Passe Livre* e à União dos Estudantes da Bahia. As variadas mesas e conferências realizadas em capitais do Brasil são reproduzidas na Tevê FPA, a exemplo da palestra do sociólogo Michel Löwi sobre “marxismo e romantismo revolucionário”²⁸.

Encontramos ainda repositórios de todas as pesquisas e trabalhos de investigação do Núcleo de Estudos e Opinião Pública (NEOP) – Pesquisas FPA, e um *link* intitulado “artigos”, que está dividido em “FPA Comunica” (para

27 Ele é mestre e doutor em Sociologia pela UFRGS. Na ocasião, coordenava o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC e é integrante do Mestrado em Ciências Criminais da mesma instituição. Ligado ao PT desde o movimento estudantil, o palestrante tem sua produção universitária, consultorias e engajamentos voltados à questão da violência.

28 No mesmo período, o autor proferiu uma conferência sobre “ecossocialismo” na Fundação Rosa Luxemburgo. “Parceria” que teria sido oportunizada pela ligação entre as fundações e as relações do intelectual com militantes de ambas as organizações.

informações), “FPA Conjuntura” (com boletins mensais de análise de conjuntura) e “FPA Informa” (com boletins diários de análise de conjuntura).

Por intermédio da página, foi possível identificar nomes de dirigentes e características dos colaboradores da instância. Sobre os perfis dos agentes à frente da FPA, eles são convergentes com aqueles verificados para o conjunto das fundações (conforme as informações apresentadas anteriormente para os 41 presidentes e ex-presidentes). Sublinhando que acionam cada vez mais um conjunto de repertórios ligados à formação escolar e a conhecimentos adjetivados de “técnicos”. O quadro que segue expõe alguns dados biográficos de três presidentes: o primeiro da FWP, e o primeiro e o último da FPA, para demonstrar a tendência de recomposição dos perfis em pauta. Sobretudo, acentuamos o caráter híbrido de perfis que combinam inserções políticas, técnicas, militantes e intelectuais, com redefinições de ênfases nessas combinações nos diferentes momentos.

Ampliando o escopo para abarcar o conjunto de agentes que formam a diretoria executiva da FPA, é possível verificar que, dos seus seis componentes, quatro possuem pós-graduação e três atuaram como professores. Em termos de formação universitária, a distribuição é diversificada, com um economista, uma geógrafa, um historiador, uma licenciada em Letras, um engenheiro agrônomo e um cientista político. Todos eles possuem histórico de militância sindical e partidária, e três atuaram no plano transnacional. Desses, um deles é consultor de instituições nacionais (DIEESE, FIESP, SEBRAE, MTE) e internacionais (OIT, BID, UNICEF); outro fez parte do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Aliança Social Continental (ASC), foi diretor da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL), entre outras; e a última foi Secretária de Relações Internacionais (2011-2012) do Partido dos Trabalhadores.

Quadro I – Presidentes FWP e FPA

Antônio Cândido (FWP/1981)	Luiz Dulci (FPA/1996-2003)	Marcio Pochman (FPA/2012-)
Bacharel em Direito e Formado em Letras, com livre docência e doutorado. Professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atuou como crítico literário e jornalista.	Formado em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é professor de Língua Portuguesa e Literatura desde 1974, especialista em educação de adultos.	Economista, professor titular da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Unicamp. Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2007-2012). Consultor de instituições nacionais (DIEESE, FIESP, SEBRAE, MTE) e internacionais (OIT, BID, UNICEF). Pesquisador-visitante em universidades na França, Itália e Inglaterra.
Militou no Partido Socialista Brasileiro e participou do Grupo Radical de Ação Popular, editando um jornal clandestino, de oposição ao governo Getúlio Vargas, chamado <i>Resistência</i> . Atuou na fundação do PT e foi filiado nas últimas décadas.	Militante do movimento sindical. Fundador da CUT e do PT. No PT, foi membro da Direção Executiva Nacional; secretário de Organização, de Cultura, de Políticas Sociais, de Assuntos Institucionais; vice-presidente e secretário-geral. Foi deputado federal, secretário de Governo e de Cultura da prefeitura de Belo Horizonte e Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República.	Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo e candidato do PT à Prefeitura de Campinas (2012).
É autor de dezenas de livros e há mais de uma dezena de trabalhos sobre ele. Ganhou vários prêmios de literatura.	Colaborou e colabora em diversas publicações. É autor de pelo menos cinco livros, sendo que três deles publicados pela Editora Perseu Abramo.	Autor de mais de 50 livros, mais de 100 artigos em revistas especializadas e capítulos de livros.

Fontes: Adaptado de Fundação Perseu Abramo (2016); Câmara dos Deputados; Plataforma Lattes.

Esse padrão de seleção, marcado pela *multiposicionalidade* e *multinotabilidade*, também pode ser observado quando estudamos os perfis dos membros do Conselho Curador da FPA. Esse órgão funciona como uma espécie de galeria de agentes notabilizados por suas inscrições culturais e políticas, reunindo intelectuais e/ou dirigentes e ex-dirigentes da fundação, da CUT e do PT, assim como políticos de relevo na sigla (que ocuparam cargos administrativos e eletivos). Basta ver que, entre os 23 membros biografados no *site* da instituição, 21 ocuparam cargos políticos (eletivos e/ou administrativos) e 12 atuaram no magistério. Em termos de titulação, mais da metade (13) tem pós-graduação concluída. Quanto às áreas de formação (considerando o maior título): seis são em ciências sociais, quatro em comunicação, quatro em pedagogia e um em história, economia, direito, engenharia, ciências contábeis, medicina e psicologia. No que tange às inscrições militantes, as microbiografias veiculadas na página da fundação fazem referência direta à participação de 15 membros do Conselho Curador em cargos de direção partidária (PT), de seis em cargos de direção na CUT, de 12 em posições de lideranças de movimentos sociais diversos e de 7 na “luta contra a ditadura”.

Entre os setores da FPA examinados, a Revista *Teoria e Debate* se destaca pela continuidade de suas atividades e pela ampliação de agentes envolvidos no empreendimento editorial. Basta ver que na Tabela 1 apenas dez fundações possuem periódicos, e somente em quatro delas eles são atualizados.

Desde a sua criação, em 1987, foram publicados 2.936 textos na revista. Deste total, 2.666 foram classificados pelo próprio periódico nas seguintes editorias, conforme ilustra a Tabela 2.

Tabela 2 – Editorias

Editorias	%
Nacional	28
Cultura	19,5
Política	16,7
Internacional	12,5
Sociedade	10,3
Economia	8,1
Mundo do Trabalho	4,9
Total	100

Fonte: Adaptada de Fundação Perseu Abramo (2016)

Na página encontramos disponibilizado, igualmente, uma lista dos assuntos mencionados em cada uma das matérias da revista. Ou seja, são questões citadas nos textos independentemente da temática geral das editoriais. Multiplicados pelo número de matérias em que aparecem, temos um total de 6.235 registros. Assim, operamos a classificação e recategorização desses registros, obtendo as frequências dos assuntos abordados, conforme distribuição na tabela que segue:

Tabela 3 – Assuntos abordados

Temas	%
Política Institucional (partidos e governos)	32
Economia	15
Cultura	17
Biografias Históricas (individuais e coletivas)	8,5
Questões identitárias	7,2
Correntes de ideias	4,5
Movimentos Sociais	3,9
Direitos Sociais	2,7
Educação/Conhecimento	2,7
Direitos Humanos/Violência	2,4
Ambiente	1,6
Questões Rurais	1,4
Questões Urbanas	0,6
Saúde	0,4
Religião	0,3
Total	100

Fonte: Adaptada de Fundação Perseu Abramo (2016).

Comparando as Tabelas 2 e 3, percebemos que a frequência de registros de matérias que abordam assuntos econômicos e relativos à política institucional é maior que o índice apresentado na classificação correspondente das editoriais. Portanto, depreendemos que essas são questões privilegiadas nas mais diversas editoriais e não apenas naquelas especificamente direcionadas. Em se tratando de uma revista ligada a um partido político, a centralidade de questões ligadas à política institucional (partidos e governos, especialmente

enfocando o PT e suas administrações) não causa estranheza. A economia também se espraia como tema primordial de matérias de diversas editorias (além daquela propriamente dedicada a ela), assumindo ênfase principal em discussões das editorias internacional, nacional e mundo do trabalho. O que contrasta com o tema cultura, por exemplo, que parece circunscrito à sua própria editoria.

A Tabela 3, sobre as distribuições de registros de matérias que trazem determinados assuntos, indica, ainda, a relevância de algumas temáticas no âmbito do periódico. Destacamos, em primeiro lugar, a porcentagem daquelas que trazem biografias históricas, quer dizer, dedicadas à descrição de personagens, eventos e movimentos que fazem parte da “história das esquerdas”, sobretudo brasileira. O que aponta para o trabalho institucional da FPA de enquadramento da memória desse segmento do universo político e o lugar que ocupa (ou procura ocupar) como mediadora entre partidos e fundações inscritas nessa posição do espectro ideológico. Em segundo lugar, a forte presença de matérias com assuntos dedicados às questões identitárias, em especial aquelas voltadas às chamadas “minorias” em termos de opções sexuais, etnias, raças etc. O que informa bastante sobre a renovação das agendas no meio intelectual mais associado organicamente a partidos de esquerda e do perfil dos militantes e simpatizantes de partidos como o PT, bem como da clientela da revista. Essas questões e outras tidas como mais contemporâneas, como “ambiente” e “problemas urbanos” (com destaque para mobilidade) passam a dividir espaço com outras mais clássicas como “movimentos e direitos sociais” e “questões rurais” (em especial a concentração de terras e o latifúndio).

Cumpram também o escopo geográfico privilegiado no conjunto de registros de matérias que examinam determinados assuntos. Prevaecem temas da “realidade nacional”, somando 63%. Ressaltamos, porém, a atenção dispensada a uma agenda internacional, totalizando 30,6%. O que parece denotar as referências (de outrora e de agora) buscadas em escala internacional, que influenciaram e influenciam partidos situados mais à esquerda. Assim como expressa a importância conferida às redes de alianças com movimentos transnacionais, porta-vozes de causas e contestações que atingem vários países, Organizações Não Governamentais internacionais, fundações e partidos “parceiros” formados em outros contextos nacionais. Os posicionamentos no periódico não deixam de revelar uma atenção aos temas regionais/municipais, suas disputas e clivagens, que atingem a frequência de 6,1%.

Dados que nos levam a indagar sobre qual o perfil dos autores desses textos. Procedemos, então, a um tratamento sociográfico de uma amostra aleatória de 100 indivíduos que assinam textos na revista. A partir da análise dos créditos profissionais (microbiografias ao final de cada produção), foi possível distribuí-los, em termos percentuais, da seguinte forma.

Tabela 4 – Profissões dos agentes

Profissão no momento da publicação	%
Jornalista	15
Consultor/Assessor	4
Ocupante de Cargo Eletivo	14
Ocupante de Cargos Administrativo em governos	9
Ocupante de Cargos Administrativo no Partido	6
Dirigente de Movimento Social	13
Docentes	37
Produtor Cultural	2
Total	100

Fonte: Adaptada de Fundação Perseu Abramo (2016).

Percebe-se uma nítida divisão entre professores universitários (37%) e agentes politicamente profissionalizados (soma de ocupantes de cargos eletivos, administrativos, partidários e sindicais) na política (42%). Cumpre assinalar que os perfis desses autores (grande parte deles bastante conhecidos nos domínios políticos e intelectuais) permitem identificar uma prevalência de casos que combinaram no mínimo três dessas atividades ao longo de seus percursos de ocupação de postos profissionais e de militância. Desse modo, além de um trânsito entre cargos políticos (eletivos, administrativos, partidários e sindicais), também parece bastante frequente a circulação entre os meios universitários e os demais.

No tocante à titulação máxima obtida no interior dessa coleção de casos reunida aleatoriamente, tem-se a seguinte tabela:

Tabela 5 – Titulação dos agentes

Titulação	%
Doutorado	42
Mestrado	14
Superior Completo	40
NI	4
Total	100

Fonte: Adaptada de Fundação Perseu Abramo (2016).

Outra classificação que efetuamos com base nos os perfis foi referente à área de formação dos agentes. Buscando informações em currículos disponíveis na internet e chegamos à seguinte distribuição:

Tabela 6 – Área de formação dos agentes

Área	%
Comunicação	18
Ciências Sociais	16
Economia	15
História	8
Direito	7
Engenharia	6
Filosofia	6
Medicina	5
Pedagogia	4
Letras	4
Arquitetura	2
Administração	2
Psicologia	1
Relações Internacionais	1
Artes	1
Física	1
Serviço Social	1
Design	1
NI	1

Fonte: Adaptada de Fundação Perseu Abramo (2016).

Dois dos dados dos perfis desses colaboradores da Revista Teoria e Debate merecem destaque. Inicialmente, observamos a forte tendência à passagem por cursos de pós-graduação. O que permite reforçar algumas pistas que já desenvolvemos em outros trabalhos sobre a imbricação entre os domínios políticos e universitários (GRILL; REIS, 2016; 2015). As informações indicam que os militantes tendem cada vez mais a investir em títulos escolares como trunfo para sua afirmação política, e os pós-graduados (sobretudo docentes de ensino superior) utilizam a revista da fundação partidária como atestado de inscrição em problemáticas consideradas como politicamente legítimas, bem como reforçam seus elos construídos em biografias fortemente marcadas pela militância. Além disso, a distribuição dos autores por área de formação reitera os achados obtidos sobre os perfis dos presidentes das fundações, isto é, o decréscimo do peso da linguagem do direito (computando apenas 7% dos casos) e o reforço de formações ligadas à economia (15%), à engenharia (6%), à medicina (5%), à arquitetura, à administração (ambas com 2%) e à psicologia, relações internacionais e física (todas com 1%). Chegam a quase 1/3 dos casos, rivalizando, pois, inclusive com as chamadas ciências humanas (Ciências Sociais, História e Filosofia somam 30%) no que tange ao duplo vínculo: 1) de afiliação e afinidade com a pauta de “questões da esquerda”; 2) usos de saberes acadêmicos especializados para formulação de tomadas de posição política “à esquerda”.

Tais considerações ganham contundência quando examinamos o conselho editorial do periódico. Buscamos informações biográficas dos seus nove membros e sistematizamos um quadro sinóptico com as origens sociais (formação escolar), os perfis profissionais (ocupações exercidas), políticos (filiações e cargos assumidos) e culturais (inscrições e produções) desses agentes. A partir desses dados, comprovamos a forte multiposicionalidade desse segmento da “intelectualidade”. Isto é, oito concluíram pelo menos uma graduação e seis deles têm pós-graduação (sendo cinco doutores). Seus títulos mais destacados são nas seguintes áreas: três casos em ciências sociais, um em Economia, Engenharia, Psicologia, Letras e História. Deles, sete atuaram em algum momento como professor universitário e quatro ocuparam cargos administrativos em governos. Seis são autores de livros (todos com mais de 10 títulos publicados) e igualmente seis colaboram ou colaboraram regularmente com periódicos de grande circulação, sem deixar de mencionar que mais da

metade (cinco) são ou foram membros de conselhos de revistas acadêmicas. Todos são ligados ao PT há bastante tempo e apresentam uma biografia de militância associativista.

A setorialização das atividades da FPA se refletiu na construção de um órgão específico para a celebração da história da esquerda brasileira, ou, mais especificamente, para a gestão da memória da própria fundação e do partido. Trata-se do Centro Sérgio Buarque de Holanda, nome dado em homenagem a um dos fundadores do PT e um dos intelectuais de relevo do pensamento social brasileiro no século XX. O CSBH divide suas atribuições em: 1) “tratamento e a disponibilização do patrimônio histórico documental do PT”; 2) “debates [...] em torno dos temas da memória e da história da esquerda” (FPA, 2016).

Do mesmo modo, nota-se o claro empenho no proselitismo partidário por intermédio do cuidado com a divulgação do material armazenado:

Uma visão detalhada do conteúdo de cada um dos mais de 50 conjuntos documentais nos quais esse material encontra-se distribuído pode ser encontrado no Guia de Acervo, publicado em 2009. *A Bibliografia do PT*, obra que lista mais de 1,2 mil livros sobre o PT, publicados em todo o mundo entre 1978 e 2002, acompanhados de resumos, foi produzida pelo CSBH e está disponível gratuitamente no Portal da FPA. (FPA, 2016).

As preocupações com a gestão da “memória da esquerda” (e com a sua associação ao partido) e a divulgação do histórico heroicizado da sigla, tornam-se mais visíveis quando é acessado o ícone “Centro Sérgio Buarque de Holanda” e seis opções de acessos a áreas específicas são oferecidas: “Acervo Histórico”; “Revista Perseu”; “Memórias de militância”; “Livros e Coleções”; “História em Documentos”; e “Notícias e Artigos”.

O *link* “Acervo histórico” leva ao “Guia do Acervo”, publicação da Editora Perseu Abramo lançada em 2009. O livro de 248 páginas está dividido em três partes: 1) Fundos Institucionais, com documentos de grupos, organizações, tendência do PT e do próprio partido; 2) Fundos Pessoais, com documentos de lideranças, principalmente aquelas que “fizeram a história do PT”; 3) Coleções, com documentos relativos a mandatos, governos, movimentos, imprensa alternativa etc. A aba “Memórias de Militância”, por sua vez, dá acesso a dois depoimentos (que foram publicados originalmente na Revista

Perseu) de lideranças diretamente ligadas à FPA: o jornalista Emiliano José e o poeta Hamilton Pereira (este último foi presidente da FPA entre 2003-2004), bem como ao livro, organizado pelos historiadores Marieta de Moraes Ferreira e Alexandre Fortes, intitulado “Muitos caminhos, uma estrela: memórias de militantes do PT”, e publicado pela Editora Perseu Abramo.

Em *Revista Perseu*, acessamos, na íntegra, os 11 números já publicados. O periódico está organizado, até então, primordialmente a partir dos seguintes dossiês: *As direitas no Brasil* (n. 11); *Organização dos Trabalhadores* (n. 10); *1964- 2014: Cinquentenário do Golpe* (número especial); *As esquerdas e o comunismo nos séculos XX e XXI* (n. 9); *Verdade e Memória na História da Esquerda* (n. 8); *Mulheres, Esquerda, Política e Trabalho* (n. 7); *República, Trabalhadores e Direitos Sociais na América Latina* (n. 6); *Rebeliões: Motim e Negociação* (n. 5); *Mundos do Trabalho: permanências e rupturas* (n.3); “1982” (n. 2); *Primeiros Passos do PT* (n. 1).

Com uma rápida sistematização das informações biográficas dos autores que publicaram artigos nos três últimos números da *Revista Perseu*, podemos mensurar as características predominantes dos colaboradores do periódico, bem como cotejá-las com informações obtidas junto à *Revista Teoria e Debate*. Nesse caso, em termos de perfis sociais, os 19 autores são majoritariamente atuantes nas áreas de Ciências Humanas (11 em História, sete em Ciências Sociais e apenas um em Comunicação) em contraste com a diversidade de formações encontradas na *Revista Teoria e Debate*. Do mesmo modo, os indivíduos que assinam os textos da *Revista Perseu* são predominantemente ligados aos meios universitários e às carreiras acadêmicas (16 docentes e três pós-graduandos) e são mais titulados (15 doutores, três doutorandos e um mestre), sendo menos variado o leque de títulos profissionais. Observamos também uma espécie de divisão do trabalho intelectual entre os dois veículos: como vimos, na *Revista Teoria e Debate* há progressivamente a adoção de uma agenda cada vez mais diversificada de questões consideradas legítimas e a mobilização de linguagens “técnicas” e especializadas para enfrentá-las; enquanto na *Revista Perseu* a estratégia parece ser a de administrar o legado das “bandeiras tradicionais da esquerda” e de produzir elaborações sobre temas que animam a militância de partidos socialistas há muitas décadas.

“História em Documentos” traz a disponibilização de “seleções de documentos textuais e fotografias, organizados por tema ou tipo de documento.

Conheça um pouco mais da história do PT e da esquerda no Brasil”. Na sequência, um conjunto de textos é exposto na seguinte ordem: *Encontros Nacionais do PT– Resoluções; Programas de Governo – PT; Primeiros Passos do PT; A primeira prova das urnas: 15 de novembro de 1982; Diretas Já; Trabalhadores: os anos 1970; Trabalhadores: os anos 1980; O PT e a Constituinte, 1985-1988; Mulheres do PT; 50 anos do Golpe de 1964; A vigilância sobre o PT na ditadura: relatórios do DEOPS-SP.*

Já “Livros e Coleções” informa a preocupação que o CSBH teria de “fortalecer a luta por transformações sociais e políticas em nosso país, através da difusão de conhecimentos produzidos e acumulados pela esquerda brasileira e pelo Partido dos Trabalhadores”, destacando que: “Parte [das] publicações está disponível para *download*”. As obras disponibilizadas são: *Encontros de memória e história; Cadernos de Perseu – Florestan Fernandes na Constituinte; Pau de arara: a violência militar no Brasil, de Bernardo Kucinski e Ítalo Tronca; Bibliografia Comentada do PT; Coleção história do povo brasileiro; Partido dos Trabalhadores. Trajetórias: das origens à vitória de Lula.*

Por fim, em “Notícia” e “Artigos” há matérias e comentários referentes à FPA e ao CSBH.

Como foi possível notar, a Editora Perseu Abramo funciona em interface com os outros setores da entidade. As atividades editoriais possibilitadas pela estrutura constituída em torno desse órgão parece ser um fator significativo da distinção da FPA no espaço das fundações partidárias brasileiras. Os propósitos de reunir “[...] uma reflexão crítica sobre a política, sobre a realidade brasileira e a história recente do país” e de “[...] divulgar essa produção que agrega 290 livros em catálogo e cerca de mil autores envolvidos a um grande público” vão ao encontro da gama de iniciativas, encontradas nas demais instâncias, que conjugam elementos como: a afirmação de uma intelectualidade alinhada ao PT, a valorização e seleção de uma memória da esquerda e o proselitismo partidário.

A editora funciona como locus de condensação da produção coletiva e de reverberação da produção intelectual dos produtores de bens simbólicos identificados de forma mais ou menos orgânica com o PT e com a FPA. O que se aplica tanto à clientela do partido como ao público leitor afinado com as visões de mundo professadas nesta instituição, que reforçam assim sua gramática mobilizável nas tomadas de posição.

Isso pode ser constatado nos objetivos arrolados na “apresentação” da editora:

[...] visa a ampliar o alcance da Fundação Perseu Abramo, de resultados de seminários, debates e palestras promovidos pela instituição, das pesquisas e análises realizadas pelo Núcleo de Estudos e Opinião Pública (NEOP), do Centro de Documentação Sérgio Buarque de Holanda (CSBH) e demandas propostas pela diretoria e conselhos. (FPA, 2016).

Para tanto, o empreendimento conta com recursos materiais e humanos compatíveis com a produção de um vasto acervo de publicações (livros, revistas etc.). Principalmente, com investimentos em tecnologia que facilita o contato de um público vasto com essa produção, aproximando, assim, produtores e consumidores sintonizados à linha programática da entidade e do partido. Como atesta a passagem a seguir, na qual são realçados o “pioneirismo” e a “gratuidade” da política editorial empregada pela FPA:

Em 2007, foi pioneira no projeto da Biblioteca Digital, que dispôs gratuita e integralmente na internet 43 livros selecionados de seu catálogo. Em 2012 adotou uma nova política: gratuidade tanto na versão impressa quanto na versão eletrônica. A mudança, também pioneira para uma fundação partidária, pretendeu expandir ao alcance de todos a produção do conhecimento da Fundação Perseu Abramo. No início de 2016 pretendemos ter todo o catálogo dos 20 anos da FPA convertido para essa nova plataforma, em pdf e em formato e-Pub. (FPA, 2016).

Acessando a editora na página da FPA, na seção “Livros Editora Fundação Perseu Abramo”, há uma lista de 70 livros. Tomando os mesmos critérios de classificação utilizados para os artigos da revista *Teoria e Debate*, temos a seguinte distribuição por temas, corroborando algumas tendências já identificadas:

Tabela 7 – Temas tratados nos livros

Tema	N.	%
Política Institucional (partidos e governos)	20	28,5
Economia	15	21,5
Cultura	7	10
Biografias Históricas (individuais e coletivas)	6	8,5
Questões identitárias	5	7,1
Correntes de ideias	7	10
Movimentos Sociais	2	2,8
Direitos Sociais	4	5,7
Educação/Conhecimento	1	1,4
Questões Rurais	1	1,4
Questões Urbanas	1	1,4
Saúde	1	1,4
Total	70	100

Fonte: Adaptada de Fundação Perseu Abramo (2016).

Já sobre o escopo, quase 80% são temas de abrangência nacional e 21,5% internacional e 1,4% regional. Em relação aos artigos da *Teoria e Debate* diminuem as porcentagens das questões transnacionais e locais e aumentam as nacionais, indicando que, por meio dos livros, são fitados públicos antenados nas agendas que atravessam as disputas no Brasil.

Considerações finais

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por uma sucessão de conjunturas de restrição dos espaços e repertórios possíveis de intervenção política, bem como pela fluidez dos parâmetros/regras que poderiam reger os cálculos eficientes (DOBRY, 1992). Em contextos de “crise política”, como esse, os agentes apostam em lugares de aglutinação da heterogeneidade, de cooperações ou alianças que poderiam parecer insólitas em outras circunstâncias. Os institutos de estudos, como o IEPES, nesse caso, refletiriam a composição de forças entre agentes “homogeneizados” em torno de uma bipolarização.

No cenário do pós-regime militar, os agentes definiam e se distribuíam em diferentes partidos, que estavam sendo relacional e concorrencialmente

contornados nas suas fronteiras políticas, ideológicas e sociais. Do mesmo modo, passavam a competir com uma multiplicidade de espaços, porta-vozes, causas e repertórios de mobilização ebulientes da “sociedade civil” e do afã de inventar/consolidar, como arranjo e como crença, “a democracia brasileira”. A ordem nesse momento era institucionalizar o dissenso, construindo lugares e meios de consensos para a concorrência política, a partir da pluralidade de posições dispostas no jogo. Na esteira desse processo, foram edificados os espaços propícios para a inscrição (mobilização, socialização, hierarquização) de redes de militantes, compatíveis com a nova configuração social “democrática”. Principalmente no decorrer dos anos 1980 e dos 1990 houve uma proliferação de associações e dinâmicas da *arena societária*, viabilizando a atuação institucional dos agentes. Nessas circunstâncias, as fundações expressavam a premência da ativação da “sociedade civil”, do “interesse” pelos debates em torno da “democracia”, “cidadania”, “partidos políticos”, etc., incluindo a dedicação de “estudos acadêmicos” a essas problemáticas.

Mesmo que as denominações como “instituto” ou “fundação” sejam utilizadas e percebidas como sinônimas essas rotulações informam condicionantes históricos, organizacionais e sociais, bem como comportam amálgamas originais entre domínios e lógicas de intervenção política. Quer dizer, essas entidades existem como lugares que são compósitos e propícios à maximização de saberes e práticas, especialmente com vistas a conquistar e a sedimentar adesões a causas e projetos forjados nas dinâmicas mais amplas e endógenas de disputas.

Particularmente, são espaços de intersecção militantes, intelectuais e “técnicos”, evidenciada nos perfis de seus líderes e colaboradores, nas suas estratégias de consagração e nas suas tomadas de posição sobre temáticas variadas (importadas, próprias da conjuntura nacional, não raro um arranjo entre elas), na qual vem à tona o trabalho de definição/politização de uma agenda de problemáticas legítimas, que mais ou menos regram o “espaço público” brasileiro.

A exigência legal de constituição e as características assumidas pelas fundações no jogo democrático brasileiro, em condições de redefinição das trocas internacionais e em consonância com causas e modalidades de engajamentos legítimos, permitem concebê-las como frutos de constrangimentos e domínios que favorecem repertórios de intervenção e mecanismos de politização.

Referências

BADIE, B.; HERMET, G. **Política Comparada**. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1993.

BRASIL. **Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995**. Dispõe sobre as regras de adequação de institutos ou fundações de pesquisa e de doutrinação e educação política de partidos políticos às normas estabelecidas no Código Civil de 2002. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/normas-editadas-pelo-tse/resolucao-nb0-22.121-de-1b0-de-dezembro-de-2005-brasilia-2013-df>>. Acesso em: 16 maio 2015.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 16 maio 2015.

_____. **Resolução nº 22.121, de 1º de dezembro de 2005**. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/normas-editadas-pelo-tse/resolucao-nb0-22.121-de-1b0-de-dezembro-de-2005-brasilia-2013-df>>. Acesso em: 16 maio 2015.

BRIQUET, J-L. Pertencimentos locais, experiências cotidianas e práticas políticas: clientelismo e politização na Córsega. **REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 3, n. 27, p. 17-32, fev. 2017.

COLLOVALD, A. De la défense des pauvres nécessiteux à l'humanitaire expert. Reconversion et métamorphoses d'une cause politique. **Politix**, Paris, n. 56, p. 135-161, 2001.

CORADINI, O. L. Elites culturais e concepções de política no Rio Grande do Sul. **Relatório de Pesquisa para o (CNPq)**. Porto Alegre, 1998.

_____. Politização de interesses através de frentes parlamentares. **Tomos**, São Cristóvão, n. 13, p. 75-92, jul. 2008.

_____. Os usos das ciências humanas e sociais pelo catolicismo e pelo luteranismo e as relações centro/periferia. **REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 9, n. 17, p. 67-99, jan. 2012.

DÉZALAY, Y; GARTH, B. A dolarização do conhecimento técnico-profissional do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado (1960-2000). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 163-175, abr. 2000.

DOBRY, M. **Sociologie des crises politiques**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1992.

ELIAS, N. Estudos sobre a gênese da profissão naval. In: NEIBURG, F. e WAIZBORT, L. (orgs.). **Escritos & ensaios**. Vol. 1: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. 2016. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>>. Acesso em: 16 maio 2015.

FUNDAÇÃO FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG. **Friedrich Ebert**. 2017. Disponível em: <www.fes.org.br>. Acesso em: 28 maio 2015.

FUNDAÇÃO FRIEDRICH NAUMANN. 2015. Disponível em: <www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/07>. Acesso em: 16 maio 2015.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL. **Quem somos**. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2014/03/11/quem-somos-0>>. Acesso em: 16 maio 2015.

GRILL, I. G. **Heranças políticas no Rio Grande do Sul**. São Luís: EDUFMA, 2008.

_____.; REIS, E. T. dos. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2016.

_____.; _____. O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita. **REPOCS** – Revista Pós Ciências Sociais, **São Luís**, v. 9, n. 17, 101-121, jul. 2012.

_____.; _____. A universidade como ‘viveiro’ de vocações políticas. **REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 12, n. 23, p. 61-90, jan. 2015.

LACROIX, B. Ordre politique et ordre social: Objectivisme, objetivation et analyse politique. In: GRAWITZ, M.; LECA, J. (Org.). **Traité de Science Politique**. Paris: PUF, 1985. v. 1. p. 469-565.

LAGROYE, J. Les processus de politisation. In: _____. (Org.). **La politisation**. Paris: Belin, 2003. p. 359-372.

MATONTI, F.; POUPEAU, F. O capital militante. Uma tentativa de definição. **Plural**, São Paulo, n. 13, p. 127-133, jul. 2006.

MEDVETZ, T. Think tanks as an emergente fel. The Social Science Research Council, p. 1-10, out. 2008.

OFFERLÉ, M. **Les Partis Politiques**. Paris: PUF, 1987.

_____. Mobilisations électorales et invention du citoyen: l'exemple du milieu urbain français à la fin du XIX siècle. In: GAXIE, D. (Org.). **Explication du Vote**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1989. p. 149-174.

PARTIDO SOCIALDEMOCRATA ALEMÃO. 2014. Disponível em: <SPDhttp://www.rls.org.br>. Acesso em 7 abr. 2014.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. 2015. Disponível em: <www.ptb.org.br>. Acesso em: 20 maio 2015.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PRADO, S. de A. O Papel das fundações partidárias na consolidação da democracia brasileira. 2009. **Jurisway**. Disponível em: <www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1096>. Acesso em: 10 set. 2017.

REIS, E. T. dos. O Iepes do Rio Grande do Sul: ‘guarda-chuva’ institucional e ‘universidade política’ para militantes da esquerda durante o regime militar. **Dimensões**. Revista de História da UFES, Vitória, n. 16, p. 33-56, 2004.

_____.; **Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política**: um estudo sobre os militantes que lutaram contra a ditadura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ZOUK; São Luís: EDUFMA, 2015.

REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. Letrados e votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil. **Tomó**, Aracajú, v. 13, p. 127-168, 2008.

_____.; GRILL, I. G. Trajetórias de multinotabilidades: reconfigurações históricas e condicionantes sociais das inscrições políticas e culturais de parlamentares brasileiros. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 2, p. 40-71, set. 2015.

_____.; GRILL, I. G. Mirada reflexiva e esforços propositivos às pesquisas sobre elites. In: _____.; _____. (Org.). **Estudos sobre elites políticas e culturais**: reflexões e aplicações não canônicas. São Luís: EDUFMA, 2016. p. 9-48.

_____.; _____. Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades dos profissionais da representação no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 2, 2017. p. 137-159.

SAPIRO, G. (Org.). **L'espace intellectuel en Europe**: de la formation des États-nations à la mondialisation (XIX-XXI siècle). Paris: La Découverte, 2009.

_____. Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês. **REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 9, n. 17, p. 19-50, jan. 2012.

SICILIANO M. A. B. J. O velamento das fundações de direito privado. 2012. **Jurisway**. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=9194. Acesso em: 20 mai. 2014.

SORJ, B. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

TEIXEIRA, T. **Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA – a arte de pensar o impensável.** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

WACQUANT, L. Sobre a América como profecia auto-realizável. In: LINS, D.; WACQUANT, L. (Org.) **Repensar os Estados Unidos: por uma sociologia do superpoder.** Campinas: Papirus, 2003. p. 7-11.

Political parties Foundations and Politicization Processes in Brazil: action domain, amalgams and ambivalences

Abstract

The article analyzes the space of party foundations in Brazil. This field of action is perceived as a vehicle and a reflection of processes of politicization. The work is based on two axes: 1) the (structural and sociographic) configuration of these party sectors and its relative autonomy or dependence according to the party organizations; 2) the possible intersections between political logic and domain and intellectuals from the exploitation of this specific area. It presents data on the creation and the creation chronology of party foundations, its organizational structure (websites, offices, sectors, tasks/roles divisions; requirements of various experts, products such as books, magazines, courses, incomes; etc.) from information available on the internet as well as the social, political and cultural profiles of its presidents and former presidents. It was also examined the case of the Perseu Abramo Foundation of the Workers Party.

Keywords: Foundations. Elites. Intellectuals. Parties. Politicization.

Recebido em: 01.06.2017
Aprovado em: 30.08.2017